

Associação
Corredor Ecológico
do Vale do Paraíba

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. Helbor Corporate Tower
Av. São João, 2.405 – CJ.1101/1102
Jd. das Colinas
CEP 12242-000 - São José dos Campos/SP - Brasil
Caixa Postal 1668 - CEP 12230-970 - São José dos Campos/SP - Brasil
Telefone +55 (12) 2138-5030
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba São José dos Campos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (Associação) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 e 9, a maioria das receitas geradas pela Associação são originadas por meio de contratos de doação com obrigações de desempenho associadas, onde a Associação possui a obrigação de realizar o plantio e a manutenção de determinado número de mudas de árvores. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que, num contrato com natureza de prestação de serviço, as receitas sejam reconhecidas a medida em que a Entidade satisfaz as suas obrigações de desempenho, de acordo com o estágio de execução do serviço. A Associação ainda não implementou processos e controles internos suficientes para apurar e reconhecer a receita de doação com contrapartidas na proporção em que as obrigações de desempenho são cumpridas, sendo as receitas reconhecidas no momento em que o doador efetua o pagamento da doação. Se a análise do reconhecimento da receita tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras e valores correspondentes poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e períodos anteriores não foram determinados.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, a Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997. A Associação ainda não possui o documento de reconhecimento de isenção ou imunidade de impostos sobre serviços (ISS), para os casos de contratos de doação com encargos, que podem ser considerados como equivalentes à prestação de serviços. Se as Autoridades Fiscais Municipais questionassem o recolhimento do ISS sobre as receitas de doação com encargos certos elementos das demonstrações financeiras e valores correspondentes poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e períodos anteriores não foram determinados.

3. Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2019, a Associação retificou as contas de salários e encargos sociais a pagar e despesa com salários e encargos sociais, no valor de R\$ 125.699 mil, atribuídos a anos anteriores. A Associação não efetuou a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Desta forma, o superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentado a maior em R\$ 125.699 mil. Os efeitos nos valores correspondentes no balanço e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 03 de outubro de 2019, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 29 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028568/F



Moacyr Humberto Piacenti
Contador CRC 1SP204757/O-9

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.731.756	1.471.476	Contas a pagar	5	4.929	4.760
Adiantamento a fornecedores		-	7.302	Salários e encargos sociais a pagar	6	661.850	628.353
Tributos a compensar		<u>2.484</u>	<u>-</u>	Tributos a pagar	7	<u>1.255</u>	<u>2.791</u>
		<u>1.734.240</u>	<u>1.478.778</u>			<u>668.034</u>	<u>635.904</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	4	<u>14.699</u>	<u>14.363</u>	Patrimônio social		<u>1.080.905</u>	<u>857.237</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.080.905</u>	<u>857.237</u>
Total do ativo		<u>1.748.939</u>	<u>1.493.141</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.748.939</u>	<u>1.493.141</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Doações recebidas	9	2.646.995	2.829.930
Trabalhos voluntários	12	<u>77.957</u>	<u>150.454</u>
		<u>2.724.952</u>	<u>2.980.384</u>
Custos operacionais			
Despesas com plantio de mudas de árvores	10	(1.703.163)	(1.263.802)
Trabalhos voluntários	12	<u>(77.957)</u>	<u>(150.454)</u>
		<u>(1.781.120)</u>	<u>(1.414.256)</u>
Resultado bruto		<u>943.832</u>	<u>1.566.128</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(770.082)	(846.373)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras		<u>173.750</u>	<u>719.755</u>
Despesas Financeiras		(1.038)	(1.964)
Receitas Financeiras	3	<u>50.955</u>	<u>27.410</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>49.917</u>	<u>25.446</u>
Superávit do exercício		<u>223.668</u>	<u>745.201</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Em 1º de janeiro de 2018	112.036	-	112.036
Superávit do exercício	-	745.201	745.201
Transferência do superávit do exercício	745.201	(745.201)	-
Em 31 de dezembro de 2018	857.237	-	857.237
Superávit do exercício	-	223.668	223.668
Transferência do superávit do exercício	223.668	(223.668)	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.080.905	-	1.080.905

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2019	2018
Superávit do exercício		<u>223.668</u>	<u>745.201</u>
Ajustes para:			
Depreciação	4	4.389	3.338
		<u>228.057</u>	<u>748.539</u>
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamento a fornecedores		7.302	30
Tributos a compensar		(2.484)	-
Contas a pagar		169	(7.349)
Salários e encargos sociais a pagar		33.497	162.690
Tributos a pagar		(1.536)	1.196
		<u>265.005</u>	<u>905.106</u>
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		<u>265.005</u>	<u>905.106</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	4	<u>(4.725)</u>	<u>(9.874)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(4.725)</u>	<u>(9.874)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>260.280</u>	<u>895.232</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>1.471.476</u>	<u>576.244</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>1.731.756</u>	<u>1.471.476</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Associação Corredor Ecológico do Vale do Vale do Paraíba, idealizadora do projeto, é uma organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos, que nasceu da união de diversas organizações do segundo e terceiro setores comprometidas com a sustentabilidade do planeta, e que decidiram unir esforços para a busca conjunta desse fim.

A Associação iniciou suas operações em junho de 2010, e seu objeto social é estimular a conservação e restauração da Mata Atlântica na região do Vale do Paraíba do Sul, por meio de ações integradas às dinâmicas sociais locais, que promovam o desenvolvimento econômico e social, com valorização da cultura regional, reconectando a Serra do Mar à Serra da Mantiqueira, através da:

- Conservação e restauração das áreas de incidência da mata Atlântica no Vale do Rio Paraíba do Sul;
- Proteção das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul em sua porção paulista;
- Implementação de projetos visando melhoria da qualidade de vida e economia local;
- Geração de trabalho e renda na região; e
- Promoção de atividades educacionais e culturais consideradas relevantes ao incentivo e preservação da cultura local.

A Associação realiza suas atividades através de contrato de doação com encargo firmado com seus doadores, sendo os principais projetos em andamento abaixo demonstrados:

- Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A, contrato firmado em maio/2019 com vigência até maio/2021;
- Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A, contrato firmado em 2015 com vigência até Ago/2021;
- Concessionária da Rodovia Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, contrato firmado em Jul/2017 com vigência até Set/2020;
- BASF S.A. contrato de patrocínio firmado em jan/2018 com vigência até jan/2020;
- Fibria Celulose, contrato firmado em Dez/2018 com vigência até jun/2019.

A Entidade é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público conforme determina a Lei 9.790/99, estando sua atividade abrangida pela isenção tributária nos termos da Lei nº 9.532/97. Sua qualificação foi formalizada por Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, órgão integrante do Ministério da Justiça.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições aplicáveis da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

A Associação não possui operações em moeda estrangeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os recebíveis da Associação compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganho e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento ao fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiros, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos e passivos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Associação não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada em 5 anos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.7 Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Associação, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

2.8 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.9 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pelo patrimônio social, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit de cada exercício e incorporados à rubrica “Patrimônio social” ao encerramento de cada exercício.

Em caso de dissolução social da Associação, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a uma associação ou entidade de fins não econômicos sediada no território nacional, com personalidade jurídica comprovada, devidamente registrada nos órgãos públicos competentes e que preferencialmente tenha o mesmo objeto social da Associação, nos termos do artigo 4º, IV, da Lei 9.790/99, bem como do art. 33, III, da Lei 13.019/2014, de acordo com a Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução. Não existindo no Município, no Estado, Distrito Federal ou Território, associação ou entidade congênere, o que remanescer do patrimônio da Associação se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Remuneração da Administração

O Estatuto Social prevê que os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal não receberão remuneração, de qualquer tipo, pelas atividades exercidas na Associação. A Associação poderá remunerar os membros da Secretaria Executiva e outros dirigentes que atuem na sua gestão executiva, bem como prestadores de serviços específicos. Em quaisquer dos casos, os valores serão os praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

2.11 Apuração do superávit ou déficit

As receitas de doações são reconhecidas pelo regime de competência, e se originam de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo utilizadas no custeio das atividades da Associação.

As despesas são registradas pelo regime de competência. A receita e despesa financeira são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquidas do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

2.13 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 a Associação registrou o montante de R\$ 77.957 referente a trabalhos voluntários (R\$ 150.454 em 2018).

2.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e que não tiveram impactos materiais para a Associação.

a. CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos mercantis e exige que os arrendatários reconheçam um modelo único de contabilização no balanço patrimonial. A contabilização por parte do arrendador no CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação ao CPC 06. Os arrendadores continuarão a classificar entre arrendamentos operacionais ou financeiros usando princípios semelhantes aos da norma antiga, portanto, o CPC 06 (R2) não tem impacto nos arrendamentos onde a empresa é a arrendadora. Na visão do arrendatário, os contratos de arrendamento anteriormente reconhecidos como despesas na demonstração do resultado do exercício pelo método linear, passam a ser contabilizados no balanço patrimonial como ativo de direito de uso pelo direito existente de usar os ativos subjacentes ao contrato em contrapartida a conta de passivo de arrendamento decorrente da obrigação de efetuar pagamentos contratuais assumidos.

A Associação adotou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Como parte do processo de adoção, a Associação examinou suas transações de arrendamento para determinar se cada contrato vigente é ou contém um arrendamento baseado na nova definição.

De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Associação não teve impacto em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção do CPC 06, tendo em vista que não há contratos de arrendamento vigentes.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Conta corrente	17.806	57.533
Aplicações em poupança	22.532	21.573
Aplicações financeiras	<u>1.691.418</u>	<u>1.392.370</u>
	<u><u>1.731.756</u></u>	<u><u>1.471.476</u></u>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por fundos de investimentos CDB, com remuneração média de 85% do CDI com liquidez imediata e sem restrições de resgate. As receitas financeiras apropriadas ao resultado do exercício totalizaram R\$ 50.955 (2018 - R\$ 27.410).

4 Imobilizado

Computadores e periféricos	2019	2018
Custo total	31.615	26.890
Depreciação acumulada	<u>(16.916)</u>	<u>(12.527)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>14.699</u></u>	<u><u>14.363</u></u>
Movimentação:		
Saldo inicial	14.363	7.827
Adições	4.725	9.874
Depreciação do exercício	<u>(4.389)</u>	<u>(3.338)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>14.699</u></u>	<u><u>14.363</u></u>
Taxa anual de depreciação - %	20	20

5 Contas a pagar

	2019	2018
Assessoria contábil	<u>4.929</u>	<u>4.760</u>
	<u><u>4.929</u></u>	<u><u>4.760</u></u>

6 Salários e encargos sociais a pagar

	2019	2018
Salários a pagar	8.297	90.903
Provisão de férias	16.591	166.572
Encargos sociais a pagar (a)	<u>636.962</u>	<u>370.878</u>
	<u><u>661.850</u></u>	<u><u>628.353</u></u>

- (a) A Associação reconhece o passivo previdenciário sobre a remuneração de colaboradores que tem sua relação com a Entidade formalizada por meio de emissão de nota fiscal de pessoa jurídica.

7 Tributos a pagar

	2019	2018
IRRF a recolher	844	2.304
PIS/Cofins a recolher	411	487
	1.255	2.791

8 Provisão para contingências

A Associação não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários ou ambientais.

Os registros contábeis e as operações da Associação estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais e à eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

9 Receitas operacionais

	2019	2018
Doações de pessoas jurídicas		
Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. (i)	2.028.679	1.613.030
Fibria Celulose S.A.	190.534	459.466
Alcoa Fundation and American Forests (iii)	-	81.171
Concessionária da Rodovia Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (ii)	244.573	513.637
BASF S.A (iv)	79.345	-
Outros Apoiadores (v)	101.317	162.592
	2.644.448	2.829.896
Doações de pessoas físicas		
Arvorecer (vi)	2.546	34
Total de doações voluntárias	2.646.995	2.829.930

- (i) Em 15 de dezembro de 2015, a Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 340.000 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta nos municípios afetados pelas obras da concessionária.
- (ii) Em 14 de julho de 2017, a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas contratou a Associação por meio de um contrato de doação com encargo para realização do plantio e manutenção de 2.327 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta.
- (iii) Em 13 de abril de 2016 e 30 de maio de 2017 a American Forest e Alcoa Foudation contrataram a Associação para realização do plantio em modelo de SAF (Sistemas Agroflorestais) de 4.820 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica com o objetivo de restauração da floresta.
- (iv) Em 30 de janeiro de 2018 a BASF S.A firmou um contrato de patrocínio com a Associação para utilização dos recursos no projeto “O Verde e o Azul no Vale”, projeto voltado à escolas públicas da região e trata do estudo do valor da paisagem.
- (v) São doações de contratos menores e doações esporádicas realizadas por pessoas jurídicas.
- (vi) São doações voluntárias realizadas por pessoas físicas pelo *website* www.corredorecologico.org.br, sendo o valor recebido destinado ao plantio de árvores.

10 Despesas com plantio de mudas de árvores

	2019	2018
Despesa com plantio do projeto Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.	1.585.312	821.457
Despesa com plantio do projeto Concessionária das Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	41.436	303.454
Despesa com plantio do projeto do Projeto Alcoa	3.630	15.338
Despesa com plantio do projeto de outros doadores	72.785	123.553
	1.703.163	1.263.802

11 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Salários e encargos sociais	502.106	442.126
Honorário advocatício, contábil, comunicação e administrativo	113.601	317.990
Eventos	5.712	3.703
Despesas com viagens e hospedagens	19.846	41.938
Depreciação	4.389	-
Alugueis	13.288	-
Outras despesas (i)	111.140	40.616
	770.082	846.373

- (i) Compostas substancialmente por despesas com telefonia, refeições, hospedagem do *website*, e outras de menor valor.

12 Trabalho voluntário

Os trabalhos e serviços voluntários obtidos, que não geraram desembolso de caixa para a Associação, referem-se aos honorários de conselhos, remuneração da diretoria e à prestação de serviços de auditoria. A Associação, caso tivesse desembolsado caixa para a obtenção desses trabalhos e serviços voluntários, estima que teria desembolsado aproximadamente R\$ 77.957 (2018 – R\$ 150.454), conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Honorários		
Conselho Deliberativo (i)	21.589	20.697
Conselho Fiscal (i)	20.240	12.935
Conselho Consultivo (i)	19.481	18.675
Remuneração da diretoria	12.144	7.761
Programa de estágio voluntário	4.503	7.886
Serviços de auditoria	-	82.5001
	77.957	150.454

- (i) Valor anual calculado utilizando a quantidade de reuniões ocorridas por ano multiplicada por uma remuneração mensal considerada justa para as atividades correspondentes.

13 Instrumentos financeiros

13.1 Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Administração e Conselho da Associação. Os procedimentos de gestão da Associação proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Risco de liquidez

É o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos aplicações financeiras com taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

14 Aspectos fiscais

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Associação não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997. De acordo com a lei, considera-se “sem fins lucrativos” a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes, destacamos o seguinte:

- (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos,
- (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas; e
- (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - a Associação possui isenção quanto ao recolhimento desse tributo, cujo montante não recolhido em virtude dessa isenção é de R\$ 79.410 (2018 – R\$ 84.898).

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

15 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

16 Eventos subsequentes

COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 2020, as operações, atividades para visibilidade do projeto, comunicação, assim como as ações de captação de novos projetos da Associação, ficaram praticamente paralisadas devido a pandemia do COVID-19, impactando assim, as receitas e também despesas operacionais.

Contratos

Em 2020, mesmo no cenário Covid-19, houve a entrada de um dos maiores projetos da Associação, que consiste em uma parceria com a Prefeitura de Jacareí, que através do planejamento estratégico da paisagem do Município e mobilização de produtores rurais, estamos realizando a restauração florestal de suas áreas e direcionando as ações de compensação ambiental do Município.

Além desse projeto, houve novas captações ao final do ano de 2021 relacionados abaixo:

- Projeto Terrazul, contrato de compensação ambiental, onde serão plantadas 16.680 mudas em 10 hectares, no Município de Jacareí, assinado em 18 de outubro de 2021 no valor de R\$ 453.712,45.
- Projeto Dupont, contrato assinado em 03 de novembro de 2021 no valor de USD 10.000,00, onde serão realizados levantamento e cadastro dos produtores agroflorestais, visitas, elaboração de mapas e ajustes no CAR, mobilização social e comunicação, elaboração de cartilha digital educativa sobre sistemas agroflorestais e capacitações, fornecimento de mudas frutíferas da Mata Atlântica, apoio na reforma da cozinha da APTA, parceria institucional com a Prefeitura de Pindamonhangaba.
- Projeto Carbon Free Brasil, termo de parceria assinado em 08 de outubro de 2021 no valor de R\$ 43.630,82, essa parceria consiste na neutralização do carbono de operações empresariais no Estado de São Paulo, onde há previsão de plantio de 25 hectares no próximo período chuvoso.

Além disso, houve a conclusão e encerramento do contrato com a SAVE Brasil no ano de 2021, que foi um projeto que envolveu trabalhos de planejamento estratégico do paisagem, articulação institucional e mobilização de produtores rurais e prospecção de áreas.

Houve também a conclusão e encerramento do contrato com a Ecopistas, projeto de compensação ambiental, proveniente do processo de implantação das obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto.
